

21/05/2019 - 05:00

Surpresa do clima garante safra robusta de soja na BA

Por **Kauanna Navarro**

Contrariando até mesmo as expectativas mais otimistas, o Matopiba (região de confluência entre Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) apresentou uma das melhores safras de soja da história.

A falta de chuvas e o clima excessivamente quente registrado entre novembro e janeiro não foram suficientes para prejudicar a safra total da região e acabar com o paraíso astral dos produtores da oleaginosa - os bons ventos começaram no ciclo 2016/17, depois de anos de dificuldades. Perdas pontuais de produtividade foram registradas, mas seus efeitos se limitaram a impedir que o recorde da temporada passada (2017/18) fosse quebrado.

"Teve umas quebrinhas, mas, em geral, a safra foi excepcional", disse Marco Antonio dos Santos, agrometeorologista da Rural Clima.

Soja no oeste da Bahia

Evolução da produção na região



As chuvas demoraram, mas não decepcionaram quando vieram nos meses de fevereiro e março. No oeste da Bahia - região responsável por cerca de 5% da produção nacional e aproximadamente 40% da do Matopiba -, ao redor de 30% da área estava ameaçada com a falta de chuvas no começo deste ano.

"Eram as lavouras de ciclo precoce, mas as chuvas voltaram e vimos produtividades melhores que o esperado", disse o assessor de agronegócio da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba), Luiz Stahlke. Com a colheita já terminada, a produtividade média registrada na Bahia foi de 56

sacas de 60 quilos por hectare, com uma produção total de 5,3 milhões de toneladas do grão.

A previsão inicial para a temporada, que termina em junho, era de 66 sacas de 60 quilos por hectare, repetindo o número recorde registrado no ciclo 2017/18. O número não foi confirmado, mas, ainda assim, foi a segunda melhor produtividade já registrada.

"No Piauí, na região de Balsas, houve problema climático, mas, mesmo assim, a safra ali foi melhor que a do ano passado", disse o agrometeorologista da Rural Clima.

Para Adriano Gomes, analista da consultoria AgRural, com sede no Paraná, o problema de muitos Estados da região - Piauí, Tocantins e Maranhão - é que houve muitos registros de chuvas "manchadas". "Aí a produtividade acaba variando muito de um talhão para outro", afirma.

Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a produção estimada de soja do Matopiba deve ficar em 13,4 milhões de toneladas, 12% da produção do Brasil. O número calculado é 10,3% menor que o do ciclo 2017/18, temporada considerada por analistas como perfeita para os padrões da região.

A produção de milho do Matopiba também não deve decepcionar em 2018/19. Segundo a Aiba, a produtividade média nos talhões já colhidos tem ficado em 140 sacas por hectare. A previsão na Bahia é de produção de 1,2 milhão do cereal, menor que as 1,5 milhão de toneladas colhidas em 2017/18. Apesar da queda, trata-se de um bom volume. "As chuvas estão ajudando a produção de milho ali também. O produtor da região está dando risada", brincou Santos.

| | |
|------------------|----------|
| Veículo: Correio | Caderno: |
| Data: 20/05/2019 | Página: |



Etanol recua em 17 estados e no Distrito Federal

COMBUSTÍVEL Os preços médios do etanol hidratado recuaram em 17 estados e no Distrito Federal na semana passada, de acordo com levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) compilado pelo AE-Taxas. Houve alta em outros nove estados.

Na média dos postos brasileiros pesquisados pela ANP houve queda de 1,80% no preço médio do etanol na semana passada ante a ante-

rior, de R\$ 3,060 para R\$ 3,005. Em São Paulo, principal estado produtor, consumidor e com mais postos avaliados, houve recuo de 2,30% no período. A cotação média do hidratado variou de R\$ 2,869 para R\$ 2,803 o litro.

A maior queda semanal, de 3,28%, foi no Piauí e a maior elevação, de 1,18%, ocorreu no Ceará. Apesar da queda semanal, na comparação mensal, os preços do etanol subiram em todos os

estados avaliados e no Distrito Federal.

Na média brasileira, o preço do etanol pesquisado pela ANP acumulou aumento de 3,34% na comparação mensal. Destaque para Pernambuco, com 11,72% de alta.

O preço mínimo registrado na semana passada para o etanol em um posto foi de R\$ 2,349 o litro, em São Paulo, e o menor preço médio, de R\$ 2,693, foi em Mato Grosso. O preço máximo individual de R\$ 4,999 o litro.

| | |
|----------------------------|------------------|
| Veículo: Folha de S. Paulo | Caderno: Mercado |
| Data: 21/05/2019 | Página: -- |

FOLHA DE S.PAULO

[Rafael Muñoz](#)



Por que o Plano de Equilíbrio Fiscal é necessário

Plano Mansueto dará continuidade à prestação de serviços públicos e garantirá consolidação fiscal

21.mai.2019 às 2h00

Em breve, o projeto de lei do Plano de Equilíbrio Fiscal (PEF) –também conhecido [como Plano Mansueto](#), em referência a Mansueto Almeida, seu principal proponente e Secretário da STN– chegará ao Congresso Nacional.

De modo geral, o PEF proporcionará garantias federais para novos empréstimos aos estados, condicionados a ajustes fiscais. Os estados terão acesso a novos empréstimos para garantir a continuidade de serviços públicos essenciais –como a educação, saúde e segurança pública. O governo federal prestará apoio aos estados que adotarem medidas para controlar ou reduzir gradualmente suas despesas fiscais, sustentando os esforços gerais de consolidação fiscal do país e reduzindo os potenciais riscos financeiros na esfera federal.

A situação fiscal dos estados brasileiros é preocupante e bem conhecida; inclusive, já discorri sobre ela [em outra publicação](#). O governo federal instituiu alguns programas para aliviar as restrições de liquidez dos estados, além de reestruturar e prorrogar, temporariamente, o vencimento das dívidas como parte da LC 156 de 2016 e do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) (LC 159) de 2017. Esses programas, no entanto, não foram suficientes para sanar a situação fiscal dos estados.

Em primeiro lugar, os programas enfrentaram problemas de inconsistência temporal, pois impunham um compromisso inicial aos estados (e um custo inicial para o governo federal na reestruturação da dívida) sem incentivos financeiros para manter os programas de reforma fiscal em andamento. Em segundo lugar, a LC 156 e a LC 159 não previam sanções plausíveis para os estados que descumprissem seus compromissos; as cláusulas de saída do programa também não eram claras. Em terceiro lugar, exigiam que grande parte da dívida fosse reestruturada para gerar incentivos financeiros suficientes em curto prazo, tornando-os demasiadamente caros e restringindo sua atratividade apenas a estados com altos níveis de endividamento.

Não é surpreendente, portanto, que tenham surgido tantos desafios durante a fase de implementação. Os estados que optaram por participar não mantiveram o ritmo de execução das reformas fiscais, gerando poucas economias fiscais em troca de grandes contribuições financeiras por parte da União. Alguns estados menos endividados optaram por não participar, devido aos incentivos financeiros limitados, gerando desincentivos ao ajuste fiscal.

À época, o principal problema enfrentado pelo Governo Federal foi a falta de um instrumento ou programa na estrutura institucional brasileira que possibilitasse a oferta de linhas de crédito de liquidez em troca de ajustes fiscais. Além disso, acabou se configurando um problema de risco moral, já que há incentivos para

os estados se endividarem ainda mais e evitem a consolidação fiscal para ter acesso ao RRF e receber socorro financeiro do governo federal.

O PEF tentará preencher essa lacuna institucional. Seu objetivo é claro: apoiar os estados a recuperar o acesso a novos empréstimos com garantias federais em até quatro anos. Para atingir esse objetivo, o PEF flexibiliza algumas das disposições da LRF para dar tempo aos estados de ajustar sua situação financeira. Em troca, os estados terão que implementar previamente programas de reformas capazes de gerar as economias fiscais necessárias no prazo de quatro anos. Para garantir a consistência temporal do programa, os desembolsos serão divididos em quatro parcelas, pagas somente se o programa fiscal seguir o cronograma previsto. Esses desembolsos ajudarão o governo do estado a dar continuidade aos serviços prestados à população.

Os incentivos políticos também foram reforçados, visto que algumas das economias fiscais de médio prazo que serão proporcionadas pelas reformas podem ser antecipadas, beneficiando financeiramente os governos estaduais que estão usando seu capital político para implementar as reformas. Se os estados não cumprirem seus compromissos fiscais, o programa será interrompido.

Para tornar sustentável o esforço de recuperação fiscal dos estados, o projeto de lei do PEF incluirá algumas alterações em pontos-chaves da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Pelas alterações propostas, o limite para a despesa com pessoal será calculado pela despesa bruta, evitando interpretações diversas dos Tribunais de Contas Estaduais. Além disso, não será permitido aos titulares dos Poderes autorizar aumentos salariais que extrapolem o período de seus mandatos.

Outra alteração importante será a criação do Conselho de Gestão Fiscal, já previsto no Art. 67 da LRF mas que ainda não foi implementado. Este conselho melhorará a coordenação fiscal entre União, estados e municípios e harmonizará as práticas contábeis no setor público. Com essas medidas, o Tesouro espera evitar que novos desequilíbrios fiscais se acumulem e gerem uma nova crise subnacional após o final do PEF.

O montante total do programa terá de representar o ponto de equilíbrio entre o valor que os estados precisam e o valor que o governo federal pode oferecer, considerando-se não apenas sua capacidade financeira, mas também as necessidades dos estados não participantes do programa.

O ritmo dos desembolsos também precisará equilibrar as necessidades financeiras mais acentuadas dos estados nos dois primeiros anos do programa –quando os ganhos decorrentes das medidas de ajuste ainda não terão se materializado– e os incentivos financeiros que o governo federal quer fornecer para garantir que os programas de consolidação sigam o cronograma previsto.

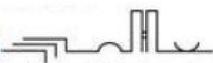
Por último, talvez seja um bom momento de avaliar se programas de reestruturação de dívida relativamente dispendiosos podem ser incluídos no PEF para alavancar os recursos limitados disponíveis e conduzir o ajuste fiscal com mais eficiência. Todas essas são questões legítimas que os estados e a União provavelmente terão que discutir à medida que o projeto de lei tramita pela Câmara e pelo Senado.

O PFE, portanto, ajudará a reconciliar os objetivos estaduais e federais para dar continuidade à prestação de serviços públicos e garantir a consolidação fiscal. Dessa forma, o financiamento será condicionado a resultados e não ao perdão de dívida com base em promessas.

Rafael Muñoz

Coordenador da área econômica do Banco Mundial para o Brasil, já trabalhou para a instituição na Ásia e na África.

Tribuna

Coluna 
ESPLANADA

LEANDRO MAZZINI



MORO ESFUMAÇADO!

● O ministro da Justiça e Segurança, Sérgio Moro, está sendo alertado por colegas pela ingenuidade em ser usado pela indústria do cigarro – com a maior fabricante, a Souza Cruz, na ponta – para defender a redução da tributação do produto. Moro criou grupo de trabalho para estudar se a redução da carga tributária pode ajudar no combate ao contrabando. É justamente o discurso mercadológico dos fabricantes. Palacianos indicam que o caso deveria ser tratado pelo Ministério da Economia, e não Justiça – a quem cabe combater o contrabando, não o imposto. O episódio ocorre no momento em que o Governo precisa arrecadar mais, e não beneficiar um setor que custa ao Governo R\$ 57 bilhões por ano em tratamento de doenças originárias do tabaco, conforme relatórios do Instituto Nacional de Câncer.

Pegou mal

● Colegas estão fazendo chegar ao ministro que pegou mal na Esplanada a criação de uma comissão, no âmbito da Justiça, para discutir o assunto. Isso é caso para Paulo Guedes.

Lembrete

● O Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, recomendou o fim do grupo de trabalho. Considera que baixar imposto vai contribuir para aumentar o consumo.

Aliás...

● Alguém aí já viu o ministro Moro com um cigarro na mão, ou na boca?

Alerta enviado

● Uma assessoria que defende os cigarreiros tenta desqualificar o trabalho da Coluna e envia recados e equipes às redações. Ocorre que há semana já alertamos nossos jornais.

21/05/2019 - 05:00

PGR vai se manifestar sobre ICMS no PIS/Cofins

Por **Joice Bacelo**

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu o pedido de vista da Procuradoria-Geral da República (PGR) ao processo que trata da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins (RE 574.706). Ela deu prazo de 15 dias para o órgão se manifestar.

Esse prazo é contado em dias úteis e somente a partir da data em que a PGR for intimada - o que, até a tarde de ontem, não havia ocorrido. O pedido de vista foi feito pela procuradora-geral, Raquel Dodge, no dia 30 de abril.

Na petição, afirmava que o Ministério Público não teve a "oportunidade de manifestar-se sobre o mérito da questão em debate". A intenção, disse, seria a de apresentar "parecer sobre os embargos de declaração" que foram propostos pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e ainda estão pendentes de julgamento.

Essa movimentação nos autos do processo - um dos mais importantes da área tributária dos últimos anos, com impacto de cerca de R\$ 250 bilhões - gerou tensão entre advogados de contribuintes. Há preocupação em relação ao posicionamento que será adotado pelo Ministério Público.

Os embargos de declaração da PGFN, destacam, tocam em pontos do mérito e têm potencial para mudar a decisão que foi tomada em março de 2017. Não seria bom para os contribuintes, portanto, que o Ministério Público, agora, se manifestasse em favor da União.

A PGFN apresentou o recurso em outubro de 2017 - sete meses depois de o STF ter julgado a matéria. A Fazenda pede esclarecimentos sobre o alcance da decisão, em razão da argumentação dos votos vencedores, que na sua visão apresentariam divergência, e pede ainda para que haja a modulação dos efeitos - fixação de um prazo inicial para a aplicação da tese.

Representantes da Imcopa Importação, Exportação e Indústria de Óleos, empresa que é parte do processo, apresentaram petição contra o pedido de vista da PGR. Eles alegaram que o Ministério Público, ao contrário do que afirmou Raquel Dodge, teve a oportunidade de se manifestar sobre o tema. Sustentaram que havia um procurador no Plenário nos dias em que o caso foi julgado e que, na ocasião, ele se posicionou pela exclusão do ICMS do cálculo.

A argumentação não foi suficiente, no entanto, para convencer a ministra Cármen Lúcia, que é a relatora do caso. Ela deferiu o pedido da PGR em razão da "relevância da matéria". A ministra usou como base o inciso XV do artigo 52 do regimento interno do STF, que dispõe sobre as hipóteses em que a PGR pode ter vista aos autos.

O advogado André Martins de Andrade, um dos representantes da Imcopa no caso, diz que a ministra Cármen Lúcia, depois de emitido o parecer da PGR, pode dar vista para que as partes se manifestem. Se isso não acontecer, tanto a empresa como a PGFN poderão apresentar, por meio de petição, as contra-razões.

Ele acredita que a PGR irá se debruçar sobre a modulação somente. "Porque esse é o elemento novo", afirma. "Um parecer sobre o mérito e contrário ao contribuinte pode representar uma desorganização da própria PGR, já que o parecer proferido no julgamento foi um parecer plenamente favorável a não inclusão do ICMS no cálculo do PIS e da Cofins."

Procurada pelo **Valor**, a PGFN não deu retorno até o fechamento da edição. Já a PGR afirmou que não iria se manifestar.

| | |
|----------------------------|------------------|
| Veículo: Folha de S. Paulo | Caderno: Mercado |
| Data: 20/05/2019 | Página: -- |

FOLHA DE S.PAULO

Governo está aberto a mudanças no projeto da Previdência, diz relator

Se houver concessões, nós vamos tentar buscar no Orçamento alguma compensação, disse Samuel Moreira

20.mai.2019 às 16h30

Thiago Resende Danielle Brant

Brasília

O governo está disposto a aceitar mudanças no [projeto da Previdência](#) em análise na comissão especial da Câmara dos Deputados e buscará [compensar no Orçamento](#) eventuais concessões realizadas, afirmou nesta segunda-feira (20) o relator da proposta, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP).

Após deixar uma reunião com o ministro Paulo Guedes (Economia) e o [secretário da Previdência, Rogério Marinho](#), Moreira, que apresentará seu relatório até 15 de junho, ressaltou que há uma convergência de ideias entre o Congresso e o governo.

“O governo está aberto a aceitar mudanças no projeto. Isso é importante”, disse. “Se houver concessões, nós vamos tentar buscar no Orçamento alguma compensação de recursos que possam ser melhor utilizados na Previdência do que em outros lugares”, complementou, sem indicar de onde os recursos poderiam sair.

Moreira comentou a notícia de que deputados estariam trabalhando em uma proposta alternativa ao projeto de mudanças na aposentadoria do governo. A notícia surgiu após o presidente da comissão, deputado Marcelo Ramos (PR-AM), dizer que seria apresentado um substitutivo ao texto da equipe econômica de Jair Bolsonaro.

O relator explicou que substitutivo é o termo técnico utilizado para versões que alterem o texto original, o que vem sendo trabalhado pelo tucano junto com os líderes partidários e com interlocutores com o governo. “Nós estamos trabalhando em cima do projeto que o governo enviou. Esse é o projeto, só tem esse projeto. Nós estamos relatando este projeto, não há outro”, disse.

O ministro afirmou estar confiante no trabalho do relator e do Congresso e otimista “quanto ao compromisso de conseguirmos aprovar a reforma com a potência fiscal necessária para desbloquear o horizonte de investimentos no Brasil nos próximos 10, 15 anos.” Logo após a declaração, o ministro foi questionado se estava mantida a expectativa de uma economia de R\$ 1 trilhão em dez anos com a reforma, mas não respondeu.

Mais cedo, Marinho considerou as informações de que haveria um texto alternativo ao projeto do governo como um “ruído de comunicação”. Já o porta-voz da Presidência da República, Otavio do Rego Barros, afirmou que o governo pode discutir com o Congresso proposta alternativa para a reforma da Previdência, apesar de considerar que o texto já enviado é “a melhor para o Brasil”.

O governo quer uma redução de pelo menos R\$ 1 trilhão em uma década com a reforma. O próprio Bolsonaro admitiu que as mudanças podem ter efeito diluído e estabeleceu um piso de R\$ 800 bilhões. Mas parlamentares já calculam que o impacto nas contas deve ficar em torno de R\$ 600 bilhões.

| | |
|------------------|------------------------------------|
| Veículo: A Tarde | Caderno: Política/Levi Vasconcelos |
| Data: 21/05/2019 | Página: B1 |

A TARDE
O jornal de toda Bahia

Certo na reforma da Previdência é que, como está, não passa

No almoço, ontem, com jornalistas, ao ser abordado sobre a reforma da Previdência em tramitação na Câmara, Rui Costa foi curto e grosso:

— Não topo discutir se isso [a capitalização] continuar. Não tem nenhum país relevante que tenha adotado esse modelo. Não há como conceber previdência nessas bases. É incoerente e socialmente absurda a proposta.

A posição de Rui reflete o pensamento da grande maioria, segundo os deputados baianos em Brasília.

Ontem, na audiência que a Comissão Especial de Reforma da Previdência realizou na Assembleia, o presidente Marcelo Ramos (PR-AM) referendou a tese.

PONTOS CRÍTICOS — Segundo Marcelo, vários partidos que formam a maioria de dois terços na Câmara já sinalizaram que são contra pontos como a capitalização, mudanças no benefício da prestação continuada (BPC), alteração nas aposentadorias de trabalhadores

rurais e professores e, também, na desconstitucionalização (prevê a retirada das garantias previdenciárias da Constituição para submetê-las a leis ordinárias).

— Isso não impede que o governo atinja os objetivos. Ele quer poupar R\$ 1 trilhão. O BPC, os trabalhadores rurais e professores custam R\$ 140 bilhões. A desconstitucionalização e a capitalização não têm impacto financeiro.

Em suma: a reformavai, mas não como o governo quer.

| | |
|----------------------------|------------------|
| Veículo: Folha de S. Paulo | Caderno: Mercado |
| Data: 21/05/2019 | Página: -- |

FOLHA DE S.PAULO

Dificuldade com reformas levaria Brasil a crescer menos da metade da média global, diz OCDE

Organização reduziu previsão de crescimento do PIB brasileiro em 2019 para 1,4%

21.mai.2019 às 8h30

BBC News Brasil

Dificuldades políticas do governo brasileiro para a aprovação de reformas podem contribuir para que a economia do país cresça menos da metade da média mundial neste ano, segundo a [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico \(OCDE\)](#), com sede em Paris.

A organização voltou a [reduzir sua previsão de crescimento do PIB brasileiro em 2019](#), agora estimado em 1,4%, de acordo com o estudo Perspectivas Econômicas da OCDE, divulgado semestralmente. Já a economia mundial deverá crescer 3,2% neste ano, na avaliação da OCDE.

Em março, em um relatório com previsões intermediárias, a organização havia estimado que o PIB do Brasil cresceria 1,9% neste ano. A projeção também [já era menor do que a divulgada pela organização em novembro passado](#), no estudo semestral anterior, de aumento de 2,1% do PIB. Para 2020, a previsão da OCDE é de expansão de 2,3% da economia brasileira, levemente abaixo das projeções de crescimento de 2,4% realizadas nos últimos meses.

No estudo divulgado nesta terça-feira (21), a OCDE destaca [a importância da reforma da Previdência para a sustentabilidade das contas fiscais](#) e afirma que permanecem as incertezas sobre sua implementação. "A fragmentação política no Brasil (devido ao grande número de partidos) e, às vezes, a relação difícil entre diferentes alas do governo complicam a construção de um consenso político para a aprovação de reformas-chave", diz a OCDE.

A OCDE afirma que a economia brasileira continua se recuperando, mas o ritmo diminuiu, especialmente para os investimentos, "já que todos os olhos estão voltados para a capacidade do novo governo de realizar reformas". "Se as incertezas em relação às reformas forem dissipadas, a projeção é de aceleração da demanda doméstica e diminuição do desemprego."

Para a OCDE, na hipótese de uma Reforma da Previdência "bem-sucedida e da consequente melhoria da confiança", a previsão é que o crescimento aumente em 2019 e 2020 e que o desemprego diminua, inclusive com a criação de empregos formais. "Baixa inflação, alta dos salários e queda do desemprego vão reforçar o consumo e os investimentos irão aumentar visivelmente em 2019 com o avanço das reformas", afirma o estudo.

Outras reformas estruturais podem acentuar o crescimento em 2020, na avaliação da OCDE. "A baixa confiança (na economia) está segurando uma recuperação mais forte da demanda doméstica e a confiança só irá melhorar se houver progressos tangíveis das reformas que asseguram sustentabilidade fiscal", afirma o estudo Perspectivas Econômicas.

A organização destaca que melhorar as finanças públicas é "crucial" para restaurar a confiança. A dívida pública brasileira atinge 77% do PIB. O documento diz ainda que se o Congresso não aprovar "a ambiciosa

agenda de reformas do Executivo", a regra dos gastos públicos deixaria de ser cumprida em 2020, provavelmente resultando em custos de financiamentos mais altos, menor crescimento e um possível retorno à recessão econômica.

A OCDE recomenda que o governo brasileiro aumente o limite de renda para permitir um acesso maior ao Bolsa Família, "que custa somente 0,5% do PIB", para tirar mais pessoas da pobreza e reduzir desigualdades.

A previsão da OCDE de crescimento de 1,4% do PIB brasileiro em 2019 é próxima do 1,5% anunciado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, na semana passada, quando declarou, em uma audiência na Comissão Mista de Orçamento do Congresso, que a economia brasileira está "no fundo do poço". A estimativa da OCDE é mais otimista do que a do boletim Focus, do Banco Central, divulgada nesta segunda-feira, que caiu - pela 12ª vez - para 1,24%.

Desaceleração global

A OCDE alerta que o crescimento da economia mundial, estimado em 3,2% neste ano, permanece fraco e afirma que "há muitos riscos que obscurecem a economia global e o bem-estar das pessoas". A organização ressalta que a "previsão medíocre de crescimento" poderia ser pior no caso de um acirramento de tensões comerciais - como a "guerra" entre Estados Unidos e China.

O comércio mundial deve crescer apenas 2,1% em 2019, nas previsões da OCDE, a taxa mais baixa desde a crise financeira mundial. A organização afirma ainda que a possibilidade de aumento das tensões comerciais também traz riscos ao Brasil, já que a China e os Estados Unidos são os dois principais parceiros comerciais do país.

| | |
|----------------------------|------------------------------|
| Veículo: Folha de S. Paulo | Caderno: Opinião / Editorial |
| Data: 21/05/2019 | Página: A2 |

FOLHA DE S.PAULO

PIB deprimente

Renda estagnada do país suscita perplexidade e debate entre especialistas

O presidente Jair Bolsonaro durante cerimônia no Palácio do Planalto; tarefa mais urgente do governo é acertar suas relações com o Congresso - Adriano Machado/Reuters
21.mai.2019 às 2h00

A mediana das expectativas de analistas para a [expansão do Produto Interno Brasileiro no ano caiu pela 12ª semana consecutiva](#), segundo divulgou o Banco Central nesta segunda (20). O processo de deterioração, infelizmente, não dá sinais de que esteja próximo do fim.

Desde fevereiro, a projeção caiu pela metade —de 2,5%, já modestos, para 1,24%. Não são poucos os que já preveem índices mais baixos, que mal compensariam a taxa de crescimento da população do país, hoje em torno de 0,8% ao ano.

Dito de outra maneira, a renda per capita ficará estagnada ou pouco além disso, numa repetição do ocorrido no biênio anterior. Trata-se de uma prostração quase inexplicável após a queda brutal de 8,6% na recessão de 2014-16.

Nota-se uma boa dose de perplexidade entre os economistas debruçados sobre o tema —e a perspectiva não mais remota de um novo mergulho recessivo com a queda do PIB no primeiro trimestre.

Conforme [noticiou](#) esta **Folha**, a consultoria do ex-presidente do BC Afonso Celso Pastore qualificou de depressão o cenário nacional em caso de confirmação dos prognósticos para o ano. Por esse ponto de vista, o termo se justificaria em razão da perda aguda e prolongada dos rendimentos.

Nem todos concordarão com tal nomenclatura, decerto, dado que inexistem parâmetros objetivos e universalmente aceitos para definir [recessão e depressão](#). Uma velha piada postula que a primeira está em curso quando seu vizinho perde o emprego, e a segunda, quando é você o demitido.

De todo modo, não se pode escapar de um debate complexo em torno das causas da estagnação e das políticas para enfrentá-la.

As opções ao alcance imediato do governo Jair Bolsonaro (PSL) se mostram escassas. O enorme déficit orçamentário dificulta sobremaneira estímulos por meio de obras públicas ou desonerações; já a recente escalada do dólar impõe cuidados do BC com a inflação.

Nesse contexto, é fundamental apressar o programa de concessões à iniciativa privada de atividades em infraestrutura, de maneira a viabilizar investimentos em rodovias, portos, aeroportos e outros.

Entretanto a tarefa mais urgente a cargo do governo consiste em acertar suas [relações com os partidos representados no Congresso](#) —para encaminhar as [reformas](#), sim, mas também para proporcionar um panorama político menos conturbado a todo o país.

editoriais@grupofolha.com.br

| | |
|----------------------------|------------------|
| Veículo: Folha de S. Paulo | Caderno: Mercado |
| Data: 21/05/2019 | Página: -- |

FOLHA DE S.PAULO

Vaivém das Commodities



PIB do agronegócio brasileiro mantém queda no primeiro bimestre do ano

Perspectiva de crescimento de 2% para este ano poderá não se concretizar

21.mai.2019 às 2h00

O agronegócio, um dos pilares da economia nos anos recentes, começa 2019 como terminou 2018: sem muitas perspectivas de crescimento.

O PIB (Produto Interno Bruto) do setor ficou estável em fevereiro, mas acumula queda de 0,46% no primeiro bimestre, em relação a 2018.

Os dados, ainda provisórios, fazem parte de pesquisa do Cepea (Centro de Estudos em Economia Aplicada), encomendada pela CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil).

A perspectiva de crescimento de 2% do PIB do setor, para este ano, feita no fim de 2018, poderá não se concretizar.

Paulo Camuri, assessor do Núcleo Econômico da CNA, explica por quê. Quando essa estimativa foi feita, a previsão do PIB da economia era de 2,5% a 3%. Nesta segunda-feira (20), o [boletim Focus](#) do Banco Central indica 1,24%.

Pelo menos 70% do PIB do agronegócio é formado fora da porteira, nos setores de insumos, agroindústria e agrosserviços. A participação do setor primário é de 24%. A economia ir mal afeta também a atividade agropecuária.

Camuri diz que a não evolução da agropecuária como se previa é ruim, mas a importância do setor é grande, uma vez que o agronegócio representa 21% do PIB nacional. O fato de não cair ajuda a manter boa fatia da economia.

Os números do Cepea e da CNA mostram que apenas o setor de insumos tem evolução positiva neste ano, com alta de 2,35%. Os setores primário (-0,92%), agroindústria (-0,34%) e agrosserviços (-0,65%) perdem força em relação ao ano passado.

Os dados do PIB apontam que a renda do produtor está em queda, uma vez que o PIB do setor primário também vem recuando. Esse recuo se deve ao setor agrícola, uma vez que o da pecuária sobe no período. O café é um dos produtos entre os que têm desempenho ruim.

Já no setor de insumos, a alta é impulsionada por fertilizantes e defensivos. A projeção de alta no faturamento destes ocorre por causa da elevação de 34% na produção e de 2,1% nos preços. Entre os fertilizantes, o volume ficou praticamente estável, mas a variação dos preços foi de 19%.

Oferta menor no mercado internacional, alta nos preços do petróleo e desvalorização do real impulsionam os preços, segundo o setor.

Camuri destaca que os números do PIB do primeiro bimestre serão consolidados mais à frente. Os dados ainda não contemplam volumes de produção de alguns setores da atividade agropecuária.

O fantasma do clima

O desempenho do plantio de grãos nos Estados Unidos é um dos piores da história. Apenas 49% da área de milho foi semeada até agora, um percentual bem abaixo dos 80% de média dos últimos cinco anos, segundo o Usda. A semeadura da soja foi de apenas 19%, para uma média de 47% em cinco anos. A situação é grave porque, ao não plantar milho, os produtores devem optar pela soja. Área maior da leguminosa vai elevar ainda mais os estoques mundiais e prejudicar a renda também dos produtores brasileiros.

Milho Ohio é o pior estado dos EUA com atraso no plantio. Apenas 9% da área que seria destinada ao cereal foi semeada. Na média de cinco anos, o plantio atinge 62%, segundo o Usda (Departamento de Agricultura).

Soja A situação é ainda mais delicada. Cinco estados ainda não atingiram 10% da área de plantio. Illinois, um dos principais produtores, semeou apenas 9%. A média dos últimos cinco anos é de 51%.

Ritmo forte As exportações brasileiras de carnes estão com um ritmo acelerado nas três primeiras semanas de maio, conforme dados divulgados pela Secex (Secretaria de Comércio Exterior), nesta segunda (20).

Destaques A exportação média diária de carne suína deste mês cresceu 33% em relação à de abril. A de carnes bovina e de frango aumentou 25% e 29%, respectivamente no período.

Vaivém das Commodities

A coluna é assinada pelo jornalista Mauro Zafalon, formado em jornalismo e ciências sociais, com MBA em derivativos na USP.

FOLHA DE S.PAULO

Mercado faz novo corte, e a projeção de crescimento do PIB cai a 1,24% neste ano

SÃO PAULO | REUTERS A expectativa para a economia no ano voltou a cair nesta segunda-feira (20), depois que o BC (Banco Central) apontou "probabilidade relevante" de recuo da economia no primeiro trimestre.

Na pesquisa Focus do BC, com analistas de mercado, a estimativa, em 2019, para o PIB (Produto Interno Bruto) passou de 1,45%, na semana passada, para 1,24%. Foi a 12ª semana seguida de redução, com as contas para a indústria caindo 0,23 ponto percentual, a 1,47%

Para 2020, os cenários do PIB e da produção industrial foram mantidos: expansões de 2,5% e 3%.

2,5%

é a estimativa de crescimento do PIB para 2020, segundo o Focus

Diante dessa projeção, a pesquisa mostrou ainda que o mercado passou a ver a política monetária ainda mais frouxa no próximo ano.

Na semana passada, a morosidade da economia brasileira foi abordada duas vezes pelo BC. Na ata da reunião em que manteve a taxa básica de juros em 6,5%, a autoridade monetária citou o risco de que o PIB tenha recuado ligeiramente no primeiro trimestre deste ano sobre os três meses anteriores.

Dias depois, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, expressou decepção em relação ao desempenho recente da economia, mas ressaltou que o banco não pode trocar

inflação controlada por crescimento econômico.

Os números do PIB relativos ao início de 2019 serão divulgados pelo IBGE em 30 de maio.

No quarto trimestre de 2018, o PIB cresceu 0,1% sobre o terceiro e terminou 2018 com expansão de 1,1%.

A pesquisa semanal com uma centena de economistas mostrou ainda que, para a taxa básica de juros Selic, aposta-se no atual patamar de 6,5% ao fim deste ano. Mas para 2020 a conta passou a 7,25%, de 7,5%.

O Top-5, grupo dos que mais acertam as previsões, também vê a Selic a 6,5% em 2019, mas calcula a taxa no próximo ano, a 7,0%, de 7,21%.

Tribuna

Sem reforma, faltará dinheiro para salários em 2024



O PRESIDENTE da Firjan, Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, concedeu a Bolsonaro ontem a Medalha do Mérito Industrial do Estado do Rio de Janeiro

ANDREIA VERDÉLIO
AGÊNCIA BRASIL

O presidente Jair Bolsonaro disse ontem que falta dinheiro no governo federal e que se a reforma da Previdência não for aprovada, em no máximo cinco anos, não haverá recursos para pagamento de servidores na ativa. "Não podemos desenvolver muita coisa por falta de recursos, por isso precisamos da reforma da Previdência. Ela é salgada para alguns? Pode até ser, mas estamos combatendo privilégios. Não dá para continuar mais o Brasil com essa tremenda carga nas suas costas. Se não fizermos isso, 2022, 2023, no

máximo em 2024, vai faltar dinheiro para pagar quem está na ativa". Bolsonaro recebeu, ontem, a Medalha do Mérito Industrial do Estado do Rio de Janeiro, em cerimônia na Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). A premiação foi criada em 1965 e é destinada a personalidades nacionais e estrangeiras que desempenharam papel relevante para o desenvolvimento da indústria fluminense.

Aos industriais, o presidente disse que está trabalhando para desburocratizar e melhorar o ambiente de negócios no país, para que os empresários brasileiros alcancem o sucesso e consigam gerar mais emprego

e renda para a população. "O primeiro trabalho que queremos fazer é não atrapalhá-los, já estaria de bom tamanho, tendo em vista [a burocracia] que os senhores tem que enfrentar no dia a dia".

Como exemplo de medidas e projetos para facilitar a vida dos brasileiros, Bolsonaro citou a Medida Provisória da Liberdade Econômica, facilitação de licenças ambientais, o aumento da validade da carteira de habilitação de cinco para dez anos e a retirada de radares das rodovias federais.

Para Bolsonaro, os governantes devem se empenhar ainda na redução de impostos. Ele citou como

exemplo a redução da alíquota do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o combustível de aviação em São Paulo, de 25% para 12%. "Uma simples variação no ICMS do querosene de aviação faz com que São Paulo tenha mais aviões partindo de seus aeroportos que o nosso aqui, no Rio de Janeiro. Sinal que quanto menos a gente tributa, quanto menos interfere, maior desenvolvimento", disse.

Após a cerimônia, Bolsonaro participou de um almoço oferecido pelo presidente da Firjan, Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira. O presidente retornou ainda ontem para Brasília.

Tribuna

Cai confiança do empresário industrial pelo quarto mês, avalia direção do CNI

A confiança do empresário industrial caiu pelo quarto mês seguido. O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) caiu 1,9 ponto em maio e atingiu 56,5 pontos. O indicador acumula recuo de 8,2 pontos desde fevereiro. As informações são da pesquisa divulgada ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). É o que mostra reportagem da Agência Brasil.

Os indicadores variam de zero a cem pontos. Quando estão acima de 50 pontos mostram que os empresários estão otimistas. Segundo a pesquisa, o ICEI está dois pontos acima da média histórica (54,5 pontos) e permanece distante da linha divisória dos 50 pontos. “Apesar

dessa sequência de quedas, a confiança do empresário ainda pôde ser considerada elevada”, destaca a CNI.

De acordo com o economista da CNI Marcelo Azevedo, o ICEI costuma aumentar na passagem de dezembro para janeiro e, com mais intensidade, em períodos de mudança de governo. “Agora passamos por um momento de reavaliação, já que os empresários estão percebendo mais dificuldades nesse início de ano em relação à avaliação feita no fim de ano”, destaca, em nota.

“Uma queda na incerteza melhoraria o índice. O andamento da reforma da Previdência seria muito importante para uma recuperação da confiança e poderia sinalizar o andamento de outras reformas também

importantes, como a tributária, que teria efeitos mais imediatos na economia”, afirmou.

Segundo a CNI, a retração no índice foi causada, principalmente, pela piora das condições atuais da economia e das empresas, que recuaram dois pontos e atingiu 47,8 pontos em maio. Conforme o documento, ao se afastar da linha divisória, o índice mostra que o empresário percebe piora das condições de negócio.

Em relação às expectativas, apesar do recuo de 1,8 ponto ante abril, o índice registrou 60,8 pontos e ainda permanece bem acima da linha divisória dos 50 pontos. Isso sinaliza confiança do empresário sobre a melhoria das condições futuras da economia e da empresa, destaca a CNI.